



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Comissão de Acessibilidade e Inclusão - CAI
Biênio 2024/2026

Ata de reunião n. 03/2025

1. Informações da reunião

Data: 29/08/2025

Hora: 11h00

Tipo: Ordinária

Formato: Telepresencial

Plataforma: Google Meet

2. Participantes

Integrantes (membros) - Portaria GP 57/2024 e 40/2025	
Excelentíssimas Desembargadoras	Dra. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo (coordenadora) Dra. Eliane Aparecida da Silva Pedroso
Excelentíssimos(as) Juizes e Juizas do Trabalho	Dr. Milton Amadeu Junior
Servidora com lotação na Seção de Psicologia	Debora Forlin Granja
Servidores(as) com notável conhecimento e experiência sobre acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência	Filipe Gioielli Mafalda Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho
Servidor(a) capacitado(a) como intérprete em Libras	Claudia Dantas de Almeida Moniak
Titular da Secretaria de Comunicação Social	Alberto Marcos Nannini Junior - Representante: Luciana Carvalho Asfora
Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas	Denize Mota - Representante: Paulo Ricardo Barreto Ferreira
Titular da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Márcio Vinícius Gimenes Milan - Representante: Patricia Andrade Castro Carvalho
Titular da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial	João Vitor Gândra - Representante: Elaine Caire
Titular da Secretaria de Saúde	Celia Torrens Wunsch
Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Oswaldo Jose Costa da Silva Lima



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Titular da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	Fernanda Machado Martins - Representante: Ana Carolina Feitoza Bohm
Titular da Seção de Acessibilidade e Inclusão	Thays Martinez
Titular da Seção de Serviço Social	Leandro Vieira Alves
Titular da Seção de Sustentabilidade	Juliana Cavalcante Parpinelli - Representante: Ana Carolina Feitoza Bohm

Ausências justificadas		
Atribuição	Nome	Motivo
Vice-coordenadora	Dra. Regina Celi Vieira Ferro	Em período de férias.
Excelentíssimo Juíz	Dr. Márcio Aparecido da Cruz Germano da Silva	Estava em audiência.
Excelentíssima Juíza	Dra. Luanna Lima Nogueira Cerqueira	Em período de férias.
Magistrada Aposentada	Dra. Maria Aparecida Norce Furtado	Acompanhou uma Sessão do CSJT.
Servidores(as) com notável conhecimento e experiência sobre acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência	Adriana Domanoski Gurniak	Participou de Congresso em Brasília representando o TRT2

Convidados(as)	
Servidoras e servidores do TRT-2	Alexandre Aguenta Arakaki
	Ariene Virgínia Duarte da Costa
	José Américo Zampar Júnior
	Ronaldo Prado Amorosino (SETIC)
	Vanessa Spadotto Alves
Servidoras e servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão (Unidade de Apoio Executivo - UAE)	Camila de Oliveira Coelho
	Dennis Alaor Ribeiro
	Fernando Lucas De Marchi Pavaneli
	Ingrid Sotanyi
	Luiz Fernando de Paula Pereira



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

	Renata Souza Santos
	Regina Katsutani
	Rogério Luís Beneduzzi Aguilar
	Joyce Lima Ferreira (aprendiz)

3. Pauta	
Item	Assunto
01	Debate sobre o II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial do CNJ, realizado na sede do TST nos dias 25 e 26/08, com destaque para: <ul style="list-style-type: none">• Política nacional da pessoa com deficiência em âmbito judicial para todos;• Política nacional da pessoa com deficiência em âmbito judicial para colaboradores do PJ;• Protocolo de julgamento do CNJ - o direito ao trabalho;• Protocolo de julgamento do CNJ - premissas básicas;• Protocolo de julgamento do CNJ - avaliação biopsicossocial;
02	Andamento da Consultoria em Diversidade CEERT.
03	Parceria Acessibilidade/Saúde: Curso para ajuste na aplicação de instrumento para avaliar enquadramento de pessoas com deficiência.

4. Breve relato
<p>A reunião foi aberta pela coordenadora, desembargadora Dra. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, que saudou os presentes e deu as boas-vindas aos novos integrantes da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Rogério Luís Beneduzzi Aguilar e Regina Katsutani. Também parabenizou Thays Martinez por assumir a chefia da Seção e Luiz Fernando pela continuidade como chefe substituto, reconhecendo o empenho da equipe e os desafios superados.</p> <p>Resumo Executivo e Tópicos Discutidos:</p> <p>A pauta foi ampla, abordando aspectos regulatórios, estratégicos e práticos da inclusão e acessibilidade. Os temas centrais foram: a minuta da Política Nacional de Inclusão e Acessibilidade do CNJ, o protocolo de julgamento sobre o direito ao trabalho, o andamento da consultoria em diversidade no TRT-2, e os instrumentos para avaliação biopsicossocial, conforme os itens a seguir.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Item 1: II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial do CNJ (25 e 26/08, sede do TST)

Representação e troca de experiências:

Thays Martinez relatou sua participação no evento, ao lado do Mm. Juiz Márcio Germano, como representantes do TRT-2. Destacou o intercâmbio de experiências com diversos tribunais, reforçando a posição de vanguarda do TRT-2 em inclusão e acessibilidade.

Política Nacional para pessoas com deficiência no Judiciário:

O principal tema do encontro foi a minuta da Política Nacional de Inclusão e Acessibilidade. Renata de Souza Santos manifestou preocupação com a possível revogação de resoluções anteriores (CNJ 401/2021, 343/2020 e 629/2025), o que poderia implicar perda de direitos. Ainda assim, segundo o relato dos participantes do encontro do CNJ, houve consenso de que a minuta representa um avanço importante. Esse apoio foi reforçado com a leitura da “Segunda Carta de Brasília”, que conclama o CNJ a aprová-la como base para um Judiciário anticapacitista e comprometido com a dignidade e participação plena.

Protocolo de julgamento – Direito ao trabalho e premissas:

O novo protocolo orienta magistrados em casos envolvendo pessoas com deficiência, com base na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de status constitucional. Ivo Ramalho, que contribuiu para sua elaboração com mais de 60 especialistas, destacou a inovação de fundamentar o texto diretamente nos artigos da Convenção. Dra. Ana Maria, Thays e Ivo reforçaram que o protocolo é instrumento doutrinário, de orientação e qualificação das decisões judiciais.

Outros instrumentos e publicações relevantes:

Renata destacou o lançamento de um novo manual de atendimento para pessoas com transtorno do espectro autista e mencionou o já existente “Protocolo para atuação e julgamento com perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva do CSJT”, disponível no portal do TRT-2, ressaltando a importância de sua contínua divulgação.

Item 2. Andamento da Consultoria em Diversidade – CEERT

Progresso e estrutura da consultoria:

Filipe Gioielli Mafalda apresentou o estágio atual da consultoria em diversidade, conduzida em parceria entre o TRT-2 e o TST, sob coordenação do CEERT. O projeto está estruturado em duas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

fases principais: a primeira compreende uma análise detalhada dos dados internos do Tribunal (como pesquisas de clima organizacional, censos e indicadores de diversidade), a partir da qual se identificou que as pessoas com deficiência constituem o segundo grupo mais vulnerável. A segunda fase contempla a execução do projeto, que conta com a participação de 50 pessoas, incluindo integrantes da Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

Mapeamento e construção de propostas:

Diversas ações e iniciativas relacionadas à diversidade, equidade e acessibilidade já foram mapeadas. A partir desse diagnóstico, grupos de trabalho têm se debruçado sobre a formulação de propostas de melhoria em diferentes áreas, com destaque para acessibilidade e infraestrutura.

Próximos passos e alinhamento estratégico:

Está previsto para o dia 9 de setembro de 2025 o próximo workshop com a consultoria, ocasião em que serão apresentadas propostas relativas à acessibilidade e à infraestrutura. Tais propostas são consideradas de grande relevância para o TRT-2 e poderão ser incorporadas ao futuro Plano de Acessibilidade da instituição. Renata de Souza Santos destacou que esse plano será alinhado ao planejamento estratégico do Tribunal, especialmente após a aprovação da Política Nacional de Inclusão e Acessibilidade pelo CNJ.

Item 3. Parceria Acessibilidade e Saúde – Ajustes na Aplicação do Instrumento de Avaliação da Deficiência

Capacitação sobre capacitismo e saúde mental:

Thays Martinez informou sobre a parceria da Seção de Acessibilidade e Inclusão na busca de melhores soluções e capacitação sobre o complexo tema da avaliação biopsicossocial. Informou também que a psicóloga e professora universitária Fernanda Fernandes ministrará, em outubro, uma capacitação voltada aos impactos do capacitismo na saúde mental das pessoas com deficiência. A iniciativa reforça a importância do cuidado psicossocial aliado às ações institucionais de inclusão. Na ocasião, a Dra. Eliane Pedroso colocou-se à disposição para colaborar na busca por outros profissionais qualificados, com vistas a futuras atividades formativas sobre o tema.

Acolhimento da Presidência:

A coordenadora da Comissão, desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, informou que já tratou da relevância do tema com o Presidente do Tribunal, Exmo. Desembargador Valdir Florindo, que se mostrou bastante receptivo às demandas apresentadas por magistrados e servidores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Interpretação da LBI e desafios no enquadramento:

Dra. Célia Torrens Wunsch, representante da Secretaria de Saúde, manifestou grande preocupação com a atual interpretação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que considera ambígua. Destacou que a inclusão de pessoas com condições de menor impacto funcional, como artrose leve ou dores na coluna, pode desvirtuar o objetivo da lei e comprometer a efetividade das ações afirmativas voltadas a pessoas com deficiências mais severas — especialmente nos contextos de cotas e concursos públicos.

Ilustrou a diferença de critérios mencionando o Detran, onde a isenção de impostos para carro automático não coincide com os critérios para enquadramento nas cotas. Também apontou que muitas avaliações atuais descrevem o sofrimento do requerente sem avaliar de forma crítica o grau de impacto funcional. Demonstrou apreensão com a recente Lei 15.176/2025, que passou a considerar a fibromialgia como deficiência, e reforçou a urgência de “calibrar os instrumentos” utilizados na avaliação.

Limitações do instrumento atual:

A Dra. Célia lembrou que ainda não há instrumento amplamente validado para aferir o grau de deficiência. Mencionou que, embora o IFBr-A seja o mais utilizado, ele não contempla todas as especificidades necessárias.

Novo fluxo experimental para avaliação biopsicossocial:

Como resposta aos desafios apontados, a Secretaria de Saúde implementará, em caráter experimental, um novo fluxo para avaliação da deficiência, com as seguintes diretrizes:

- Realização de avaliação presencial por todas as categorias envolvidas (médica, serviço social e psicologia);
- Discussão coletiva das avaliações para emissão de parecer conjunto sempre que possível;
- Emissão de pareceres separados em caso de divergência, respeitando a autonomia técnica de cada profissional.

A proposta visa aprimorar a abordagem biopsicossocial, permitindo que os médicos analisem o impedimento funcional e os assistentes sociais e psicólogos avaliem o impacto na participação e nas interações sociais.

Integração das perspectivas médicas, sociais e psicológicas:

Dra. Eliane Pedroso reforçou a importância da abordagem biopsicossocial integrada como avanço necessário para evitar tanto exclusões indevidas quanto enquadramentos inadequados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Argumentou que a deficiência pressupõe impacto psicossocial e que esse impacto pode variar conforme o contexto. Compartilhou um caso envolvendo pessoa com Transtorno do Espectro Autista para ilustrar a variação do impacto entre as áreas médica, social e psicológica, destacando a necessidade de equilíbrio e respeito à complexidade individual.

Síntese do debate e expectativa de avanço:

Thays Martinez sintetizou a discussão destacando a pertinência das preocupações trazidas tanto pela Dra. Célia quanto pela Dra. Eliane. Reconheceu que o maior desafio é construir uma metodologia equilibrada, que assegure justiça nos enquadramentos. A expectativa é de que a nova política nacional traga critérios objetivos e que a avaliação de barreiras possa ser realizada de forma individualizada, reconhecendo a complexidade do tema.

Capacitação sobre avaliação biopsicossocial:

Thays Martinez e Renata de Souza Santos informaram que a Seção de Acessibilidade e a Secretaria de Saúde estão organizando uma capacitação específica para aprofundar o conhecimento — especialmente prático — sobre a avaliação biopsicossocial da deficiência. Foram feitas diversas sugestões por Leandro e Ariene (Serviço Social), Dra. Célia (Saúde), Dra. Eliane e José Américo (Assessoria Jurídica), incluindo:

- Melhor compreensão e aplicação dos instrumentos de aferição;
- Participação de profissionais das três áreas na condução da capacitação;
- Clareza sobre os parâmetros a serem utilizados por cada categoria profissional;
- Promoção de uniformidade e maior confiança técnica nas avaliações;
- Orientações sobre o uso de documentos complementares, como laudos e exames.

Encerramento:

Ao final da reunião, a Desembargadora Ana Maria agradeceu a participação ativa e as valiosas contribuições de todos os membros, reiterando o compromisso da Comissão com a promoção contínua da acessibilidade e inclusão no TRT-2.

A reunião foi encerrada às 13h05, sem definição de data para o próximo encontro sobre o tema, mas com a perspectiva de continuidade das discussões e implementação das ações debatidas.

5. Deliberações e Itens de Ação

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Deliberações:

1. Suspensão da Política Interna de Acessibilidade:

A Comissão deliberou pela suspensão temporária da elaboração da política interna de acessibilidade do TRT-2, em razão da iminente aprovação da Política Nacional de Inclusão e Acessibilidade do CNJ, cuja minuta é extensa e abrangente. A medida busca evitar retrabalho e garantir alinhamento institucional.

2. Implementação Experimental do Novo Fluxo de Avaliação Biopsicossocial:

Foi validada a aplicação, pela Secretaria de Saúde, do fluxo experimental descrito no item anterior.

3. Capacitação Confirmada:

Está confirmada para outubro de 2025 a realização da capacitação “Os impactos do capacitismo na saúde mental de pessoas com deficiência”, com a psicóloga e professora universitária Fernanda Fernandes.

Itens de Ação:

● **Avaliação Biopsicossocial e Política Nacional:**

A Desembargadora Ana Maria retomará o diálogo com o Presidente Dr. Valdir sobre os parâmetros para avaliação e enquadramento de pessoas com deficiência.

Prazo: não definido.

● **Divulgação Institucional:**

Luciana Carvalho Asfora (SECOM) publicará no "Bom Dia TRT" o resumo do 2º Encontro Nacional do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Prazo: até 03/09/2025.

Também será responsável por dar visibilidade contínua ao “Protocolo para atuação e julgamento com perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva do CSJT”.

● **Pesquisa de Clima Organizacional:**

Filipe Gioielli Mafalda, representando a consultoria CEERT, solicitou que todos os membros respondam e incentivem a participação na pesquisa de clima do TRT-2, essencial para o avanço



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

das ações de diversidade.

Prazo: até 14/09/2025.

- **Capacitação sobre Saúde Mental:**

Renata de Souza Santos e Thays Martinez, com apoio da equipe da Seção de Acessibilidade, coordenarão a realização da capacitação com Fernanda Fernandes.

Prazo: outubro de 2025.

- **Palestrantes para futuras ações formativas:**

Renata de Souza Santos entrará em contato com a Dra. Eliane Pedroso para identificar profissionais indicados para futuras capacitações sobre saúde mental.

6. Próxima reunião

Data: 24/10

ANA MARIA MORAES
BARBOSA
MACEDO:48100

Assinado de forma digital por ANA
MARIA MORAES BARBOSA
MACEDO:48100
Dados: 2025.09.15 12:22:05 -03'00'